

Superior Tribunal de Justiça

PRECATÓRIO Nº 4.478 - DF (2017/0297772-7)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
REQUERENTE : MARIA DE NAZARE FURTADO DE ARAUJO
REQUERENTE : CRUZ & SILVA ADVOGADOS ASSOCIADOS LTDA.
ADVOGADO : NARA CRISTINA JUCA DA SILVA - AC001752
REQUERIDO : UNIÃO
REQSTE : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DECISÃO

Trata-se de precatório oriundo da ExeMS 8532/DF (2009/0228578-9), expedida em favor de MARIA DE NAZARE FURTADO DE ARAUJO e CRUZ & SILVA ADVOGADOS ASSOCIADOS LTDA., esta beneficiária de destaque de honorários advocatícios.

Intimados acerca da regularidade formal, a parte requerida e o Ministério Público Federal manifestaram-se favoravelmente ao pagamento (fls. 9 e 11).

Mediante a Carta Precatória n. 52/2019 (Petição n. 00053366/2019 - fls. 14-29), o Juízo Federal da 1ª Vara da Seção Judiciária do Estado do Acre solicita penhora no rosto dos autos em razão de execução fiscal em que a beneficiária deste precatório é ré.

Ouvido novamente, o MPF opinou pelo bloqueio dos valores até decisão final do juízo da execução fiscal.

É o relatório. Decido.

Considerando a notícia de processo de execução fiscal tramitando em desfavor da beneficiária principal desta requisição, **determino o pagamento do valor requisitado em nome (i) da requerente principal, MARIA DE NAZARE FURTADO DE ARAUJO, em conta bloqueada até ulterior deliberação do juízo da execução fiscal, e (ii) do escritório CRUZ & SILVA ADVOGADOS ASSOCIADOS LTDA. em conta disponível para movimentação, observado o que foi decidido às fls. 441-449 da ExeMS 8532 (item 1.1 da fl. 01)**, condicionado à existência de dotação orçamentária, reservados os recursos das requisições anteriores pendentes de pagamento (art. 13, I e II, da Instrução Normativa STJ n. 3/2014).

Oficie-se o Juízo Federal da 1ª Vara da Seção Judiciária do Estado do Acre para que tenha conhecimento do conteúdo integral deste precatório, especialmente

Superior Tribunal de Justiça

quanto ao certificado na parte final da fl. 33, e informando que, se for o caso, o valor relativo à requerente principal, indicado no item 1.2 da fl. 01, poderá ser transferido para conta à sua ordem e disposição.

Também deve ser remetida cópia do acórdão de fls. 441-449 da ExeMS 8532/DF (2009/0228578-9).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 04 de outubro de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente

